

# BOLETIM ONLINE

N.º 3 – Abril/2019

PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS E FORTALECER A AÇÃO SINDICAL E A IGUALDADE DE GÊNERO NO SETOR VESTUÁRIO DO BRASIL

REALIZAÇÃO:



Entidade parceira:



Apoio:



## PROJETO REALIZA SEMINÁRIO NACIONAL COM O TEMA “DIREITO DAS MULHERES E O FUTURO DO TRABALHO”

Evento reuniu homens e mulheres de todo o país e chamou atenção das lideranças sindicais para o empoderamento feminino como forma de combater a violência e a desigualdade de gênero – [PAG. 2](#)

### MARIA MAENO FALOU SOBRE AS PROPOSTAS DO GOVERNO PARA A PREVIDÊNCIA E SEUS IMPACTOS PARA A SAÚDE DAS TRABALHADORAS

“As mulheres vivem mais que os homens, contudo essa sobrevida mantém um alto índice de incapacidade”, explicou a especialista apontando dados que revelam diferenças importantes na expectativa de vida de acordo com a região do país e até mesmo das grandes cidades” – [PAG. 3](#)

### MARILANE TEIXEIRA

A economista argumentou sobre a importância da participação das trabalhadoras nas negociações coletivas – [PAG. 4](#)



“Ser mulher, feminista, lutadora, sindicalista e dona de uma consciência crítica, é algo que a nossa sociedade rejeita. No movimento sindical não é muito diferente. Sou uma das poucas mulheres à frente de uma confederação sindical industrial no Brasil e sei o tamanho do desafio que o empoderamento nos impõe. Contudo, somente ocupando os espaços onde as decisões são tomadas, é que teremos condições políticas para promover a transformação que tanto sonhamos” – **Lucineide Varjão**, presidenta da Confederação Nacional do Ramo Químico, durante conversa realizada com o público do Seminário.



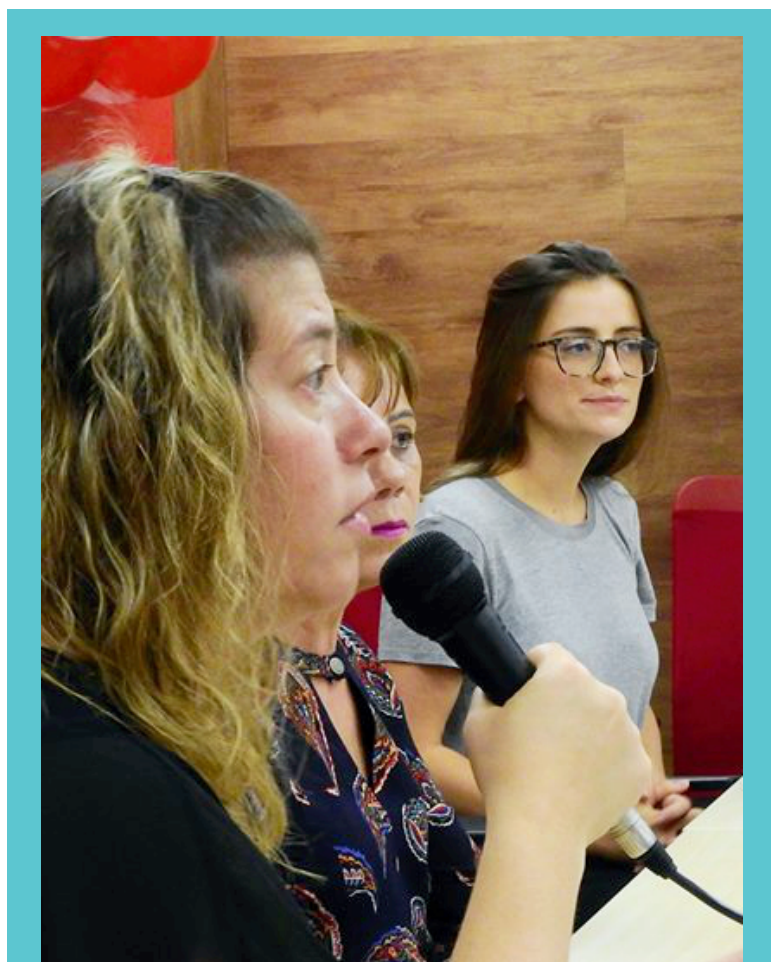
## “O TRABALHO DO FUTURO NÃO PODE CONTINUAR SENDO DESIGUAL E EXCLUDENTE PARA AS MULHERES”

Com o tema “Direito das Mulheres e o Futuro do Trabalho”, o Seminário Nacional do Projeto, realizado na cidade de São Paulo, no dia 4 de abril, reuniu sindicalistas de diversas regiões do país e promoveu um grande debate sobre o desenvolvimento de ações que possibilitem a promoção de ambientes de trabalho justos e iguais para as mulheres, agora e no futuro.

O evento contou com a exposição de especialistas em economia do trabalho (Marilane Teixeira) e Previdência Social (Maria Maeno), além de sindicalistas de diversos segmentos como João Cayres (Metalúrgico) e Lucineide Varjão (trabalhadora química) que dialogaram com os participantes sobre as atuais condições de trabalho das mulheres e como a ação sindical estão dialogando (ou não) com esta realidade. “O trabalho do futuro não pode continuar sendo desigual e excludente para as trabalhadoras. Contudo, a construção de um futuro melhor depende das nossas ações no presente”, conclamou Cida Trajano, ao pedir compromisso das direções sindicais em implementar ações que busquem a igualdade de gênero nos locais de trabalho.

### EMPODERAMENTO

Os debates realizados no Seminário fortaleceram a pauta da CNTRV sobre o empoderamento das mulheres nas direções sindicais e na organização do trabalho. “Os desafios são grandes e precisam ser enfrentados por todos nós. Nesse sentido, o processo de formação e organização envolvendo mulheres e homens é o caminho a ser seguido para que a cada dia mais mulheres façam parte das direções executivas dos sindicatos e as trabalhadoras ocupem cargos de liderança também nas empresas”, analisou Trajano.



“Estes debates são muito importantes para esse momento, sobretudo sob o ponto de vista de enfrentamento da conjuntura política e econômica que o Brasil e a América Latina, de forma particular, atravessam. Fortalecer a organização das mulheres e promover a participação feminina nas negociações coletivas têm sido temas constantemente abordados pelo Solidarity Center em nossos projetos, pois a desigualdade de gênero nos locais de trabalho é algo que afeta muito as mulheres”, avaliou **Jana Silverman**, responsável pelos projetos do Solidarity Center da AFL-CIO no Brasil e Paraguai.



## “AS PROPOSTAS DO GOVERNO PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NÃO COMBINAM COM OS DESAFIOS COLOCADOS À SAÚDE DAS TRABALHADORAS”

**M**aria Maeno, pesquisadora da Fundacentro, falou sobre a conexão entre os direitos garantidos pela Previdência Social e a saúde das trabalhadoras. “Idade mínima não dialoga com a realidade de um país tão desigual quanto o Brasil”.

“Uma sobrecarga física e psíquica para as trabalhadoras brasileiras será inevitável caso as propostas contidas na PEC 06/2019 (reforma da Previdência), sejam aprovadas pelo Congresso”. A conclusão foi dos próprios participantes do Seminário após palestra da pesquisadora da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Maria Maeno. A especialista destacou os principais pontos da reforma e como eles se conectam à realidade das mulheres na vida e nos locais de trabalho. O debate gerou uma Moção de Repúdio à PEC da Previdência.

Para Maeno, dentre os maiores problemas para o futuro, estão as propostas de redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC), idade mínima e aumento do tempo de contribuição. “As mulheres vivem mais que os homens, contudo essa sobrevida mantém um alto índice de incapacidade”, explicou a especialista que apontou dados que revelam diferença na expectativa de vida de acordo com a região do país e até mesmo das grandes cidades. “As pessoas vivem menos no nordeste e nas periferias das metrópoles. A desigualdade social afeta a vida e determina a morte das pessoas e isso deve ser considerado pela Previdência Pública”, afirma.

### JUVENTUDE

Maeno chamou a atenção dos/as sindicalistas sobre a falta de consideração da juventude aos direitos garantidos na Previdência Social e falou da importância do movimento sindical afinar o diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras com até 29 anos de idade. “As pessoas pensam somente na aposentadoria, contudo a Previdência é muito mais que isso. Precisamos conquistar a opinião dos jovens trabalhadores que se negam em debater a reforma dizendo que aposentadoria não é mais para eles. Devemos explicar que a reforma atinge também direitos como seguro acidente de trabalho, auxílio doença, licença maternidade, entre outros. Não é improvável que aos poucos tudo isso se transforme em seguros adicionais privados, afetando ainda mais o orçamento e a renda da população trabalhadora e prejudicamento especialmente as mulheres”.



“Falo de uma realidade que conheço bem. Represento uma categoria com mais de 80% de mulheres nos locais de trabalho e elas já vivem sobrecarregadas com duplas ou triplas jornadas. Grande parte é chefe de família. A reforma da Previdência, mesmo antes de ser aprovada, já está gerando ainda mais insegurança sobre o futuro. A PEC da Previdência, a retirada de direitos já consolidada e a conjuntura política, aliadas ao fechamento de postos de trabalho por causa da crise econômica, oferecem grandes impactos à saúde física e psicológica das mulheres do ramo vestuário” – afirmou **Paula Proença**, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores/as no Vestuário de Sorocaba e região..



# “A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NOS LOCAIS DE TRABALHO PASSA PELA NEGOCIAÇÃO COLETIVA”

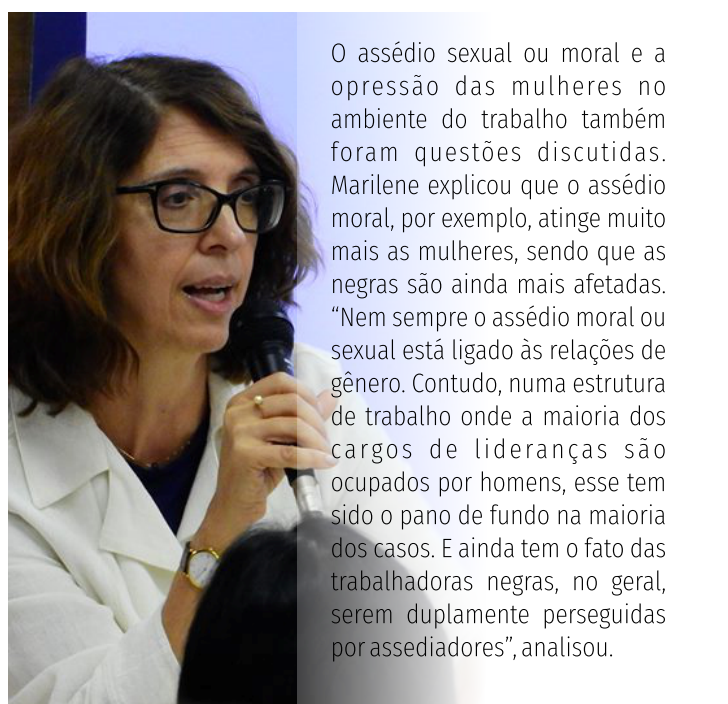
**A economista Marilane Teixeira falou da importância da participação das mulheres nas negociações e nas decisões em campanhas reivindicatórias.**

A atuação das lideranças femininas nas negociações coletivas promovidas pelos sindicatos foi o tema central da palestra da economista Marilane Teixeira que ressaltou a importância do empoderamento das mulheres nas mesas de negociação coletiva.

Marilane ressaltou que as negociações feitas somente por homens são menos abrangentes no que se refere à proteção dos direitos das mulheres e promoção da igualdade de gênero. “Acordos e convenções sobre os quais mulheres têm poder de decisão, estão mais propensos a conter cláusulas específicas para promoção da igualdade e combate à violência motivada por gênero nos locais de trabalho”. Dentre estas cláusulas, a ativista destacou a prorrogação da licença maternidade, o pagamento do auxílio creche e questões de saúde das trabalhadoras.

## SALÁRIO IGUAL

Outro assunto amplamente debatido durante a palestra foi o fato das mulheres, apesar de estudarem e se qualificarem mais que os homens, ainda recebem os menores salários em quase todos segmentos econômicos. “O Art. 461 da CLT garante salário igual para o trabalho igual, contudo, a realidade é outra. O cumprimento dessa lei só é efetivo por meio dos instrumentos de contratação coletiva. Ainda assim, os índices apontam uma diferença muito grande entre os salários dos homens e o das mulheres, mesmo em setores onde há um grande número de trabalhadoras, como no vestuário, por exemplo. Isso se explica pela falta de oportunidade dada às mulheres para que elas exerçam cargos de chefia ou funções com maior remuneração. Na hora da promoção, o sexo, a cor da pele e até mesmo a orientação sexual, ainda norteiam as decisões de inúmeras empresas”, explicou Marilane.



O assédio sexual ou moral e a opressão das mulheres no ambiente do trabalho também foram questões discutidas. Marilane explicou que o assédio moral, por exemplo, atinge muito mais as mulheres, sendo que as negras são ainda mais afetadas. “Nem sempre o assédio moral ou sexual está ligado às relações de gênero. Contudo, numa estrutura de trabalho onde a maioria dos cargos de lideranças são ocupados por homens, esse tem sido o pano de fundo na maioria dos casos. E ainda tem o fato das trabalhadoras negras, no geral, serem duplamente perseguidas por assediadores”, analisou.



Mariana Xavier representou o Instituto C&A no Seminário e acompanhou os debates. “Estamos muito contentes com essa parceria e temos certeza que ela será exitosa”.

### EXPEDIENTE:

O Projeto Promover os Direitos Humanos e Fortalecer a Ação Sindical e a Igualdade de Gênero no Setor Vestuário do Brasil” é realizado pela CNTRV, em parceria com o Solidarity Center da AFL-CIO e apoio do Instituto C&A e Instituto Observatório Social.

Dirigente responsável por esta publicação: Francisca Trajano (CNTRV)

Elaboração e edição: João Andrade – Diagramação: Diego Orejuela – Assessoria: Josenildo Melo - Fotos: Diego Orejuela